

ELIANE SALETE SOSTER

**O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA A UMA ALUNA COM
DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção da graduação em Pedagogia em 2016, defendido em banca examinadora em 27/06/2016.

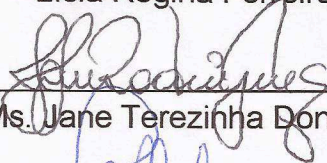
Orientador (a): Prof^a. Ms. Mara Cristina Fortuna da Silva

Aprovado em: 26 / 06 / 2016

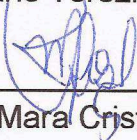
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dra. – Lísia Regina Ferreira Michels / UFFS



Prof^a. Ms. Jane Terezinha Donini Rodrigues



Prof^a. Ms. Mara Cristina Fortuna da Silva
Orientadora

Chapecó/SC, junho de 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS CHAPECÓ**

ELIANE SALETE SOSTER

**INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS COM SUCESSO:
MEDIANTE A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CHAPECÓ – SC
2016**

ELIANE SALETE SOSTER

**INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS COM SUCESSO:
MEDIANTE A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia sob a orientação da Prof^a Ms. Mara Cristina Fortuna da Silva.

**CHAPECÓ - SC
2016**

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS COM SUCESSO: MEDIANTE A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Eliane Salete Soster¹
Mara Cristina Fortuna Da Silva²**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever a aplicação de algumas intervenções pedagógicas em uma turma de educação infantil, na qual estava incluída uma aluna com ausência de membros superiores (ausência de braços). Essas intervenções ocorreram durante a participação do projeto no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Apresentam-se também os principais marcos das legislações nacionais, no que se refere à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Descreve também a respeito do processo de interação desses alunos na perspectiva da teoria histórico-cultural de Vygotsky. Desta forma, podemos concluir que as práticas vivenciadas durante o ensino superior são de grande relevância para a prática de futuros pedagogos já licenciados, visto que, ao aplicar as intervenções propostas, observou-se que as turmas atualmente são dotadas de grandes diversidades, entre estas a inclusão de alunos com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Teoria Histórico-Cultural. Aluno com deficiência.

Introdução

O artigo tem como objetivo relatar a minha experiência, enquanto bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do vínculo com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, pelo subprojeto de Pedagogia, durante o período de fevereiro a dezembro do ano de 2014, no (CEIM) Centro Educação Infantil Municipal, situado na cidade de Chapecó – SC.

O relato está pautado na inclusão e aplicação de intervenções pedagógicas em uma turma da pré-escola, na qual estuda uma aluna com deficiência física, mais especificamente com ausência de membros superiores (braços). Diante dessa

¹ Acadêmica da 10ª fase do Curso de Pedagogia, noturno. Email: <elisoster@hotmail.com>

² Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Chapecó. Mestre em Educação – UFFS .

turma, questionei-me em relação à inclusão escolar e à aplicação de intervenções pedagógicas para essa aluna, bem como, incluí-la em todas as atividades cotidianas da escola.

Mediante esse questionamento, o referido artigo está subdividido em três momentos. No primeiro, apresento aspectos legais sobre a inclusão escolar, diante da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI – 2008), além das principais legislações que garantem o direito do aluno com deficiência frequentar a escola de ensino regular. No segundo, trago uma análise da teoria histórico-cultural na perspectiva de Vygotsky, a fim de descrever sobre o processo de interação, desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com deficiência. E por fim, no terceiro momento, descrevo o relato de três intervenções pedagógicas de sucesso enquanto bolsista do PIBID na turma da pré-escola.

Sendo assim, através deste trabalho de conclusão de curso (TCC) busco explicar resultados encontrados durante intervenções pedagógicas em turma com aluna com deficiência física no intuito de contribuir com acadêmicos e professores que possivelmente se encontrem diante desses desafios no processo de ensino-aprendizagem com alunos com a referida deficiência.

Educação Especial e Inclusão no Ensino Regular

A partir da Constituição Federal de 1988, iniciou-se algumas discussões sobre a educação inclusiva, definida nos artigos 206 e 208 a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. Ainda, no parágrafo III do artigo 208, a Constituição garante como dever do Estado a “oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A educação dos alunos com deficiência passou a ser discutida com a Constituição Federal de 1988, porém, percebe-se que a inclusão enfrenta alguns desafios que precisam ser debatidos, objetivando os direitos de permanência e aprendizagem, bem como, analisar como está acontecendo o acesso de escolarização dos alunos com deficiência na escola de ensino regular.

Preocupando-se com a educação dos alunos com a deficiência em nível internacional, em 1994 realizou-se a Conferência Mundial sobre as necessidades

especiais na cidade de Salamanca (Espanha), mais conhecida como Declaração de Salamanca. Este evento contou com a colaboração de 88 países e 25 organizações internacionais, todos com o objetivo de debater sobre o futuro da educação em relação aos alunos com deficiência (MACIEL, 2000).

Assim, a Declaração de Salamanca foi de grande relevância para a educação inclusiva, pois conseguiu mobilizar vários países e organizações internacionais em prol da inclusão de alunos especiais no sistema de ensino regular. Após essa conferência, foram obtidos vários avanços que contribuiriam para o processo da inclusão escolar.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2004) há alguns pontos que devem ser primordiais para que a educação inclusiva alcance seus objetivos. Sendo eles:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (MEC, 2004, p.01).

Baseando-se nas discussões sobre a educação dos alunos com deficiência até esse momento, em 2007, foi elaborado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), tendo como objetivo principal garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos que possuem algum tipo de deficiência na rede regular de ensino. Essa política define que haja:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;

- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunidade e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2007, p. 8).

Essa política foi criada no ano de 2007, porém, passou a vigorar somente em 2008, objetivando a defesa dos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência, bem como, acompanhar o processo de inclusão escolar, observando os avanços e dificuldades, a fim de contribuir com novas ideias e políticas, garantindo que os alunos estejam no ensino regular e recebam atendimento educacional especializado (AEE) dentro de suas especificidades, almejando uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Dessa forma, está garantido em lei, como um dever do Estado, mobiliar, criar rampas de acesso e garantir que todas as escolas públicas do ensino regular disponham de uma sala de atendimento educacional especializado. Caso a escola ainda não disponha desse espaço, deve providenciar o mais rápido possível, para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

O Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) não possuem esse espaço disponibilizado no ambiente escolar, somente as escolas a partir dos anos iniciais, possuem esse atendimento especializado no próprio espaço escolar. Porém, as crianças com deficiência na educação infantil, possuem materiais e mobiliário adaptado de acordo com a sua necessidade, como por exemplo: a aluna com ausência de membros superiores no CEIM possui uma cadeira adaptada para utilizar na sala de aula, e mais uma cadeira adaptada para usar no refeitório, proporcionando acessibilidade durante todas as atividades desenvolvidas no espaço. Nesse caso, os alunos com deficiência da educação infantil, recebem esse atendimento educacional especializado fora do ambiente escolar habitual.

Nessa perspectiva, o atendimento educacional especializado é diferente do ensino na sala de aula, porém, o mesmo não pode substituí-lo. As aulas são ministradas sempre no período contrário ao do ensino regular, no qual o aluno com deficiência recebe estímulos individuais e diferenciados, através da mediação de outros profissionais que atuam nesse espaço, contribuindo para a aprendizagem e inclusão dos referidos alunos na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, p. 10).

De acordo com, Ropoli et al. (2010), o atendimento educacional especializado é de suma importância e obrigatório nas instituições escolares, caracterizando-se como um espaço diferenciado, no qual se dispõe de materiais adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência, como por exemplo: microcomputadores, software para comunicação alternativa, lupas, mesas e cadeiras adaptadas, impressora a laser e braile, calculadora sonora, máquina de datilografia, entre outros.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (ROPOLI et al., 2010, p.17).

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Sendo assim, o AEE é um local destinado como apoio pedagógico, no qual o professor pode planejar novas metodologias e desenvolver materiais que o auxiliem durante a mediação com seu aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento e autonomia.

Para finalizar, trago a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996 e conhecida como Carta Magna da Educação Brasileira, que vem para definir o futuro da educação no Brasil. Nesta lei, fica estabelecido como deve se proceder a educação, quais serão seus pressupostos e seus objetivos. Atualmente a LDB está na sua 5ª edição, publicada em 2010, tornando importante ressaltar que a mesma vem acompanhando todo esse processo de inclusão escolar e retrata no capítulo V a sua definição sobre a educação especial:

Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 2010, p 43).

Nota-se que, atualmente, a inclusão de alunos com deficiência está acontecendo na rede regular de ensino, em virtude das leis, políticas e movimentos a favor da inclusão escolar que vêm acontecendo nas últimas décadas. Porém, esses avanços ainda não são suficientes, sendo de suma importância que a família, a comunidade, professores e as instituições, assumam e cumpram o seu papel social, buscando por novas melhorias no ensino, a fim de beneficiar os alunos para que eles possam receber uma educação inclusiva e de qualidade.

Vygotsky e a Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano como Contribuição no Processo de Alunos com Deficiência Incluídos no Ensino Regular

Nas décadas iniciais do século XX, fundou-se na Rússia um laboratório de psicologia no Instituto de Treinamento de Professores, coordenado pelo pesquisador Lev Semyonvitch Vygotsky (FONTES, 2007). Vygotsky estudava várias áreas do conhecimento, como antropologia, artes, cultura, ciências sociais e medicina, além de dominar diversas línguas, entre elas alemão, hebraico, latim, inglês e francês.

Segundo Rego (2011) Vygotsky iniciou sua carreira como psicólogo aos 21 anos de idade, ministrando cursos sobre psicologia para futuros professores, que trabalhavam com crianças cegas, retardo mental, e com surdez. O mesmo, já vinha estudando sobre a deficiência, pois sempre quis entender como funcionava a mente humana. Sendo assim, essa experiência foi positiva e o motivou a aprofundar sua pesquisa nesse tema, com o intuito de ajudar as crianças com deficiência (REGO, 2011).

No início do século XX, Vygotsky queria entender como as pessoas aprendem e se desenvolvem, por isso, passou parte da sua vida pesquisando e estudando para compreender esse processo. Sua teoria filosófica e política é pautada em Marx, seguindo uma corrente interacionista e também, socioconstrutivista. Dessa forma, com a colaboração de seus seguidores Lúria e Leontiev, criou a Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento humano, orientada pela dimensão sócio-histórica do psiquismo, ou seja, tudo o que distingue o homem de outras espécies é sua convivência social (REGO, 2011).

De acordo com Rego, (2011) Vygotsky queria entender as semelhanças e diferenças entre o psiquismo (pensamento) dos animais e do homem. Assim, passou a estudar e fazer testes comparativos com chimpanzés e logo concluiu que os animais são puramente biológicos, ou seja, apenas realizam atividades para satisfazer suas necessidades biológicas, como por exemplo, se alimentar. O ser humano apesar de ser biológico, não se satisfaz apenas realizando suas tarefas biológicas, ele sente necessidade de ir além, através da comunicação e convivência em sociedade. É capaz de interagir e aprender com o meio que está inserido. A autora acrescenta que:

Podemos entender que, nesta perspectiva, o desenvolvimento do psiquismo animal é determinado pelas leis da evolução biológica e o ser humano está submetido às leis do desenvolvimento sócio-histórico. As características do funcionamento psicológico tipicamente humano [...] são construídas ao longo da vida do indivíduo através de um processo de interação do homem e seu meio físico e social, que possibilita a apropriação da cultura elaborada pelas gerações precedentes ao longo de milênios”. (REGO, 2011, p. 48, 49).

Assim, entende-se que o homem é um ser biológico e histórico, pois se desenvolve em um ambiente social, sendo capaz de aprender através da mediação, ou seja, aprende observando técnicas e métodos já utilizados por sua cultura. Porém, para interagir em sociedade, o homem se utiliza de dois elementos mediadores, sendo eles o instrumento e o signo (REGO, 2011).

Para Vygotsky existem dois tipos de instrumentos. O primeiro é físico, representado por objetos concretos, como uma enxada, foice, faca, etc., que servem para auxiliar no desenvolvimento de atividades, por exemplo, o trabalho. O segundo instrumento é considerado abstrato ou simbólico, representado por valores, costumes e crenças, adquiridos por sua cultura. Já o signo, Vygotsky denomina-o como um instrumento psicológico, pois têm a missão de ajudar o homem nas suas tarefas psicológicas superiores, ou seja, são as funções cerebrais que caracterizam o homem, como a memória, a percepção, a atenção e o pensamento, que trabalham em conjunto para formar e organizar o pensamento humano.

Vygotsky ainda considera a linguagem como um sistema de signos muito importante para a comunicação e interação entre indivíduos. Através dela, evoluiu-se muito, tornando-se possível conversar, trocar experiências com outras pessoas e suas culturas. Segundo Fontana (1997) “a linguagem é o sistema de signos mais

importante para o homem, os significados das palavras são produto das relações históricas entre homens” (FONTANA, 1997, p. 60)

Nessa perspectiva, Rego (2011) acrescenta que:

Vygotsky afirma que não é somente através da aquisição da linguagem falada que o indivíduo adquire formas mais complexas de se relacionar com o mundo que o cerca. O aprendizado da linguagem escrita representa um novo e considerável salto no desenvolvimento das pessoas. (REGO, 2011, p. 68).

Nesse sentido, a escrita trouxe uma nova perspectiva para os signos, sendo um instrumento útil e significativo para a evolução humana, tornando possível deixar registrados todos os conhecimentos adquiridos por uma determinada cultura, para que outras culturas usufruam, e assim, possam evoluir através de conhecimentos pré-definidos, nas mais variadas áreas do saber. A escrita “enfim, promove modos diferentes e ainda mais abstratos de pensar, de se relacionar com outras pessoas e com o conhecimento” (REGO, 2011, p. 68).

Segundo a teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano de Vygotsky, a aprendizagem e o desenvolvimento do homem estão interligados desde o nascimento, ou seja, nos primeiros dias de vida a criança aprende através do biológico, saciando sua fome. Com o passar dos meses, a criança começa a interagir com o seu meio social, desenvolvendo aos poucos suas funções psicológicas superiores, em que ela irá aprender e se desenvolver mutuamente. Dessa forma, a mediação é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo.

Para Vygotsky, a criança aprende com tudo ao seu redor, representando o que ele chama de zona de desenvolvimento proximal, ou seja, é uma zona de desenvolvimento em que a criança aprende através da mediação de um adulto, o qual já possui sua estrutura cognitiva desenvolvida. A zona de desenvolvimento proximal é a mediadora entre o que a criança sabe fazer e o que ela saberá fazer futuramente. Como Vygotsky defende a mediação como aquisição do conhecimento, ele considera que a zona de desenvolvimento real, ou seja, o que a criança já conhece, representa o estágio cognitivo no qual a criança se encontra nesse período da sua vida, demonstrando suas funções e capacidades através de conhecimentos adquiridos principalmente na escola. Posteriormente, Vygotsky traz a zona de desenvolvimento potencial, ou seja, essa zona representa onde a criança pode

chegar, representando o que ela aprendeu e consegue fazer sozinha, sem a mediação de outra pessoa. Nesse sentido, o autor afirma que:

Aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã. (VYGOTSKY, 1984, P. 98, apud. REGO, 2011, p. 74).

Com certeza, Vygotsky quis identificar que o homem apesar de ser biológico, também é racional, produzindo ao longo de sua história instrumentos e signos que possibilitaram a sua evolução biológica, histórica e social. Também nos mostra que vivemos sempre na zona de desenvolvimento proximal, pois mesmo adulto o ser humano continua aprendendo e assim evolui seus conhecimentos, através da zona de desenvolvimento real e potencial, fazendo uso da mediação e internalização do saber em diversas situações vividas em seu cotidiano.

Nesse sentido, Vygotsky contribuiu com a inclusão escolar, no qual realizou um estudo sobre a educação de crianças com deficiências, e posteriormente escreveu o livro chamado “defectologia” para ilustrar esse estudo. Sendo assim, o autor defende a ideia de que todas as crianças, com ou sem deficiência, devem aprender juntas, porém, com técnicas e métodos diferenciados. Pois, conforme a sua teoria histórico-cultural, o ser humano aprende com a interação e mediação através do seu meio cultural, ou seja, os alunos com deficiência devem interagir com outros alunos, assim, poderão aprender e se desenvolver de acordo com suas potencialidades (SIERRA et al., 2011).

Segundo Sierra et al. (2011) apud. Vygotsky (1997),

A defectologia deve ser entendida como a ciência que tem como tese básica o pressuposto de que a criança cujo desenvolvimento está complicado por um defeito não é simplesmente menos desenvolvida que seus pares normais, mas se desenvolve de outro modo. (SIERRA et al., 2011 apud. VYGOTSKY, 1997).

Ou seja, todo aluno tem condições de se desenvolver e aprender através de metodologias de ensino diferenciadas, de acordo com as suas necessidades. Além disso, a convivência com outros alunos considerados “normais” auxilia no seu desenvolvimento e aprendizagem, através da interação entre ambos. (SIERRA et al., 2011, p. 135).

Mediante a teoria histórico-cultural, os alunos com deficiência não deveriam ser segregados por escolas e grupos, como contribuem Ropoli et al (2010):

Na perspectiva da inclusão escolar, as identidades são transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os alunos não são categorizáveis, não podem ser reunidos e fixados em categorias, grupos, conjuntos, que se definem por certas características arbitrariamente escolhidas. (ROPOLI et al. 2010, p. 15).

De acordo com as autoras, todos os alunos são diferentes, cada um possui habilidades e dificuldades para se desenvolver e aprender. Porém, todos têm o direito de se socializar, aprender e frequentar uma escola regular, recebendo uma educação formal e de qualidade.

É exatamente nesse sentido que a educação inclusiva e de qualidade deve embrenhar-se. O professor não deve se concentrar na dificuldade do seu aluno, mas sim preocupar-se em desenvolver as suas potencialidades, através do planejando das atividades, dispondo de materiais diferenciados, atrativos e adaptados às necessidades do aluno, contribuindo assim para o seu desenvolvimento de maneira gradual e positiva. Nesse sentido, o professor torna-se o principal responsável pelo processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Nesse sentido, Borowsky (2008) contribui dizendo:

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades e as ações práticas: já os determinantes materiais e econômicos viabilizam a reestruturação da escola. Nessa linha de pensamento, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum (...)" (BOROWSKY, 2008, p.6)

Sendo assim, observa-se que a educação inclusiva avançou nas últimas décadas, mas que, apesar das constantes discussões e das legislações vigentes que garantem o direito a todos os alunos com deficiência frequentarem a escola de ensino regular, torna-se necessário avançar em aspectos sociais, a fim de desconstruir paradigmas e ideologias, mediante uma sociedade preconceituosa. Nesse sentido, é de suma importância que a família, os professores, as escolas e a sociedade de forma geral unam forças para terminar com esse preconceito e exclusão social.

Segundo Ropoli et al. (2010, p. 15), a inclusão escolar deve acontecer para todos os alunos, não apenas para os que apresentam alguma deficiência.

Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado *para alguns alunos*, mas sim um ensino *diferente para todos*, em que os alunos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações. (ROPOLI et al., 2010, p. 15).

Nessa perspectiva, conclui-se que a educação inclusiva é para todos, não apenas para os alunos com necessidades especiais. Assim, cada aluno aprende e se desenvolve de uma maneira, dentro de suas especificidades, seja um aluno com deficiência ou não. Cabe aos professores observar, ouvir e entender seus alunos, buscando partir dos seus conhecimentos prévios, envolvendo-os nas aulas, adaptando materiais, respeitando seu ritmo, bem como a sua forma de ser e de aprender, oportunizando ao aluno com deficiência o acesso e a permanência na escola de ensino regular.

Intervenções Pedagógicas realizadas com Sucesso: Contribuições do Programa PIBID nas Práticas Pedagógicas a uma Aluna com Deficiência Física na Educação Infantil

O PIBID é um Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa funciona em parceria com instituições de ensino superior, no qual disponibilizam bolsas de estudos para acadêmicos da licenciatura, para que iniciem suas práticas pedagógicas em escolas de educação básica na rede pública de ensino, através da observação e aplicação de intervenções pedagógicas propostas no projeto. Segundo o regulamento da Capes, os objetivos do programa são:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de

caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2008).

Nesse sentido, o programa do PIBID é de suma importância para acadêmicos da licenciatura, pois possibilita conhecer o ambiente escolar, unir a teoria com a prática, contribuindo assim, para a formação da práxis. O processo acontece através de observações e auxílio nas salas de aula, posteriormente culmina na aplicação de um projeto pedagógico nas respectivas turmas. Assim, o programa contribui de forma positiva e significativa para os alunos, docentes e bolsistas, pois promove novas atividades pedagógicas para a instituição e também agrega experiência profissional aos bolsistas.

Iniciei no programa PIBID no dia 11 de março de 2014, no Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) com mais quatro bolsistas, denominadas pibidianas. No início, realizamos um estudo e diagnóstico do projeto político pedagógico da escola (P.P.P.), e posteriormente, cada pibidiana foi encaminhada para observar e auxiliar uma determinada turma, sob orientação de uma supervisora do PIBID, atuante na mesma escola.

Após um período de observações, elaborou-se um projeto conjunto entre as cinco pibidianas, denominado “Criança em Foco”, que objetivou trazer novas experiências de aprendizagem para as crianças através do lúdico, haja visto que o brincar faz parte da rotina da criança e auxilia na sua aprendizagem e desenvolvimento.

Durante o período de observações, conheci uma aluna de cinco anos de idade com deficiência física (ausência de membros superiores - braços) na turma da pré-escola. Desse modo, me questionei: como desenvolver um projeto nessa turma? Quais serão os desafios? Quais são as adaptações necessárias a se fazer para que as intervenções ocorressem normalmente? Enfim, surgiram várias dúvidas em relação à forma correta de trabalhar e incluir a aluna nas intervenções do projeto, mesmo após ter observado, que a referida aluna se utiliza dos pés para realizar todas as atividades propostas na escola.

Nesse sentido, o CEIM não possui atendimento educacional especializado, pois, esse serviço é disponibilizado em outro ambiente, porém, essa aluna contava com o apoio da professora regente da turma, bem como, tinha uma estagiária que a auxiliava. Para facilitar a sua mobilidade durante as atividades propostas, essa aluna tinha uma cadeira adaptada na sala de aula, no qual, segue o padrão normal, porém, a sua cadeira é mais alta que as demais, para ficar na altura exata da mesa na sala de aula, em que, compartilhava com outros três colegas, dessa forma, a cadeira adaptada, facilitava a sua movimentação das pernas e pés, durante a realização das atividades propostas. Durante as refeições, a aluna utiliza-se de outra cadeira adaptada, na qual, contava com o apoio de uma almofada, facilitando a sua mobilidade para manusear copos, talheres. Vale destacar nesse momento, que antes das refeições a estagiária passava álcool em gel nos pés dessa aluna, para fazer a sua higienização. No momento da higiene bucal, a estagiária disponibilizava um colchonete no chão do banheiro, dessa forma, a aluna realizava a sua própria higienização.

Dessa forma, a aluna mencionada participou de todas as atividades propostas no projeto normalmente. Fazendo uso dos pés, ela alimenta-se, faz sua higiene bucal, pinta, monta peças de encaixe, brinca com os colegas, entre outras atividades. Vale destacar, a habilidade motora que essa aluna tem com os pés, bem como, o carinho e o respeito que os colegas têm por ela. Dessa forma, os colegas estão a todo instante, auxiliando-a, conversando, brincando e alcançando materiais. Inclusive, em diversos momentos constatou-se disputas entre os mesmos para auxiliá-la.

Diante da minha experiência com bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, através de um subprojeto da Pedagogia, irei relatar três intervenções pedagógicas de sucesso, dentre as dez realizadas no CEIM, durante o período de 23 de setembro de 2014 até 15 de dezembro de 2014, na qual, vou dar ênfase à turma da pré-escola, destacando a participação da aluna com deficiência física na aplicação das atividades do projeto.

A primeira intervenção pedagógica foi realizada no dia 21 de outubro de 2014, em que se promoveu uma oficina de pintura facial. Para a realização dessa atividade, adaptamos o parque interno da escola: retiramos alguns brinquedos como escorregador, cavalinhos, motocas, entre outros, para que o espaço fosse

adequado. Posteriormente, organizamos os materiais para a pintura facial, sendo lápis de cor aquareláveis, moldes vazados e variados de papel que representavam algumas imagens como borboletas, morango, aranha, coração, flor, joaninha, entre outros. Foram utilizados também recipientes com água e panos para a limpeza. Tendo como principal objetivo do projeto a efetiva participação do aluno, cada um escolhia o local, a cor e o que gostaria que fosse pintado, entretanto, não eram as pibidianas que pintavam, mas sim, cada aluno fazia a pintura em um colega, contando com o apoio das responsáveis durante o processo. A atividade transcorreu naturalmente. Devido à presença da aluna com deficiência física, precisaram ser realizadas algumas adaptações: dispomos os materiais necessários para a pintura no chão, ao lado de um colchonete, no qual a aluna deitou-se para facilitar a sua movimentação e coordenação motora, em virtude dela se utilizar dos pés para a realização da atividade. Constatou-se que todos os alunos gostaram muito dessa experiência, inclusive essa aluna, pois, normalmente é um professor que realiza a atividade, e neste dia os próprios alunos foram os protagonistas, havendo a interação entre eles durante o processo.

A segunda intervenção pedagógica ocorreu no dia 30 de outubro de 2014, em que trabalhou-se com massinha de modelar comestível, na qual foi disponibilizada para os alunos a receita impressa e a produção da massinha de modelar na sala de aula. Para produzir a massinha foram utilizados os seguintes ingredientes: óleo, farinha, sal, água, bacia, suco ou gelatina. Assim, no decorrer do processo, dialogou-se com os alunos sobre respectivos ingredientes. Depois de concluir a receita, entregamos um pedaço grande de massinha para cada aluno. Alguns inclusive falaram: “tudo isso de massinha para mim”, ficando surpresos e felizes, pois normalmente ganham pedaços pequenos para brincar.

Nesse momento, cada aluno manuseou e criou figuras de acordo com a sua vontade e criatividade, porém, a aluna com deficiência chamou a minha atenção, pois demonstrava muita habilidade motora com os pés: modelou bolas, cobras, aranha e até mesmo um bigode, aplicando sobre o rosto e imitando assim os demais colegas da sua mesa.

A terceira intervenção pedagógica aconteceu no dia 04 de novembro de 2014, com a aplicação de jogos. Nesse dia, foi novamente necessário adaptar o parque interno da escola com a retirada dos brinquedos. Além disso, organizamos quatro mesas com cadeiras para dispor os jogos e também enfeitamos o ambiente com

balões, a fim de deixar o local bem colorido e convidativo para os alunos brincarem. Todos os jogos utilizados nessa atividade foram confeccionados pelas pibidianas, inclusive, utilizaram-se alguns materiais recicláveis para a sua confecção. Cada mesa continha um jogo, como por exemplo, quebra-cabeças, jogo da memória, tangram e o jogo de bingo produzido com tampinhas de garrafa pet, no qual respeitou-se a faixa etária dos alunos durante a atividade proposta.

Para que todos os alunos pudessem jogar em todas as modalidades, estipulamos um tempo limite entre cada jogo, promovendo um rodízio entre as mesas. Dessa forma, todos os alunos puderam interagir e brincar. Durante a aplicação dessa atividade, precisamos somente adaptar a cadeira da aluna com deficiência física, utilizando a sua própria cadeira da sala de aula para que ficasse na altura exata das mesas, auxiliando-a na sua movimentação e participação. No decorrer dos jogos, observou-se a facilidade e habilidade da referida aluna em manusear as peças ou fichas, porém, verificou-se que durante o jogo do bingo, a aluna deixou cair umas três vezes as tampinhas de garrafa pet, devido a sua dificuldade em fixar entre o meio dos dedos dos pés a tampinha. Em virtude de ela ser grande e redonda, a mesma escorregava, dificultando um pouco a sua fixação. Nesse momento, os colegas rapidamente ajudavam a aluna, resgatando a tampinha que havia caído, e a brincadeira continuava, com todos jogando e se divertindo juntos.

Após esses três relatos de experiência, ficou evidente que a inclusão escolar é possível, haja visto que todas as intervenções pedagógicas aplicadas com essa aluna na sua respectiva turma deram certo. Apenas se fez necessário adaptar situações durante a aplicação das atividades propostas, a fim de, promover a inclusão dessa aluna. Demonstrando assim, que a inclusão e o respeito às diferenças estão ocorrendo nas escolas, não apenas para respeitar as legislações vigentes, mas sim pelo simples fato de respeitar o outro, bem como, as suas diferenças.

Considerações Finais

A educação inclusiva passou por vários movimentos e debates sobre a educação de alunos com deficiência até culminar na Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) em 2008. Essa política é considerada um marco determinante no aspecto da inclusão escolar, pois determina que os alunos com deficiência passem a frequentar a rede regular de ensino.

Apesar das conquistas obtidas, acredito ainda ser necessário avançar nas políticas de inclusão escolar a fim de quebrar os paradigmas sociais em relação à inclusão escolar, bem como refletir sobre novas práticas pedagógicas que objetivem acompanhar o processo de inclusão, observando se a prática escolar condiz com a legislação em vigor. Refletir sobre as práticas pedagógicas em turmas de escolas regulares com alunos com deficiência nos possibilita alcançar objetivos positivos no processo de ensino-aprendizagem nesta contemporaneidade, em que nos deparamos em turmas com a presença de alunos com diversidades e singularidades.

Para que consigamos obter resultados positivos, torna-se necessário que os futuros professores estejam preparados teoricamente e metodologicamente, pois estes professores são considerados os principais responsáveis pelo acolhimento, interação, desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos, inclusive os com deficiência presentes na rede regular de ensino.

Nesse sentido, Vygotsky contribui com a sua teoria histórico-cultural, afirmando que o ser humano aprende através da interação e mediação com o meio cultural, ou seja, os alunos precisam interagir com os colegas, professores e o ambiente, se utilizando de técnicas e métodos diferenciados. Desse modo, o professor deve conhecer as peculiaridades de seus alunos, observando quais são as suas habilidades e dificuldades, a fim de desenvolver metodologias de ensino que potencializem essas habilidades, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento potencial, bem como atendam as suas necessidades especiais. Assim, os alunos poderão aprender e se desenvolver, respeitando seus limites e incentivando as suas potencialidades no decorrer do processo.

Em virtude disso, considero-me privilegiada por ter tido a oportunidade de “experenciarmos” práticas pedagógicas inclusivas de sucesso, através do programa PIBID, no qual conheci a rotina da escola, aprendi a planejar e elaborar projetos, bem como, adaptar materiais e atividades para a inclusão de alunos com deficiência. Através dessa intervenção, acredito que sairei do curso de Licenciatura em Pedagogia com experiência profissional, pois me proporcionou unir a teoria com a

prática, contribuindo de forma positiva e significativa para a construção de novas práticas pedagógicas. Também, compreendi como acontece a inclusão na rede regular de ensino, partindo da observação, do planejamento, execução, carinho, amor e principalmente o respeito pelo outro, e as suas diferenças, buscando auxiliar na sua participação e interação, agindo como mediador entre a sua aprendizagem e desenvolvimento. Com base nesses aspectos, a inclusão escolar é possível, basta querer e acreditar no desenvolvimento e aprendizagem do outro, independente da sua dificuldade ou complexidade.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo describir la aplicación de algunas intervenciones educativas en una clase de educación inicial, en la cual estaba incluida una alumna con ausencia de miembros superiores (sin brazos). Estas intervenciones ocurrieron durante la participación del proyecto en el Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia – PIBID. También son presentados los principales hitos de las leyes nacionales, en cuanto a la inclusión de los estudiantes con discapacidad en la enseñanza ordinaria. Incluso describe acerca del proceso de interacción de estos alumnos en la perspectiva de la teoría histórico-cultural de Vygotsky. De esta manera, podemos concluir que las prácticas vividas durante la enseñanza superior son de gran importancia para la práctica de futuros pedagogos que ya tienen licencia, ya que, al aplicar las intervenciones propuestas, se ha observado que las clases actualmente son muy diversas, y entre estas está la inclusión de alumnos con discapacidades.

Palabras clave: Inclusión escolar. Teoría Histórico-Cultural. Alumno con discapacidad.

Abstract

This article aims to describe the application of some educational interventions in a preschool class in which was included a student with no upper limbs (no arms). These interventions occurred during the participation in the project Institutional Program of Initiation Grant to Teaching - PIBID. They present also the major milestones of national legislation, as regards to the inclusion of students with disabilities in mainstream education. It also describes about the process of interaction of these students from the perspective of cultural-historical theory of Vygotsky. Thus, we can conclude that the practices experienced in higher education are of great relevance to the practice of future teachers already licensed, whereas, when applying the proposed interventions, it was observed that the classes are currently provided with great diversity among these the inclusion of students with disabilities.

Keywords: School Inclusion. Historical-Cultural Theory. Student with disabilities.

Referências

BOROWSKY, Fabíola. Inclusão Educacional: Contribuições da Teoria Vigotskiana. 1º SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – XX SEMANA DA PEDAGOGIA. Unioeste. Cascavel, PR, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, outubro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ed. 5, 2010.

CAPES – Ministério da Educação. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

FONTANA, A. C. Roseli; CRUZ, N. Maria. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual. 1997, Capítulo 5.

FONTES, Martins. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L.S. Vigotski; organizadores Michael Cole..[et al.]**. 7 ed. – São Paulo. 2007.

MACIEL, Maria. **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. Vol. 14, nº 2. São Paulo abr./jun., 2000.

MEC – Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 17 de setembro de 2015. [Brasília, DF] 2004, p. 01.

REGO. C. Tereza. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 22. ed, 2011.

ROPOLI, A. Edilene; MANTOAN, T. E. Maria; SANTOS, T. C. T. Maria; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, DF, 2010.

SIERRA, B. Dayane; DAMBRÓS, R. T. Aline; NETO, G. Dinéia; MORI, N. R. Nerli. **Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência Intelectual:**

Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 14, n.1, p. 131-141, jan./abr. 2011.